

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

(Organizadores)



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina

Atena
Editora
Ano 2022

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

(Organizadores)



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação: avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0640-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.402221010>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo asseverados ataques nos últimos anos. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, reverberado de um processo histórico, também vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência.

Este livro, intitulado **“Educação: Avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina”**, da forma como se organiza, assume um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de espaços de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade acadêmica, escolar e toda a sociedade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem esta obra tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que os entrecruzam.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares as diversas problemáticas que os movem. O ato de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobiliza-se também os/as leitores/as, os/as incentivando a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a Educação. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa, lúdica e engajada leitura!


Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL


Everton Marcos Batistela
Airton Carlos Batistela
Celso Eduardo Pereira Ramos
Manoel Adir Kischener
Mariza Rotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210101>

CAPÍTULO 2..... 12

A TRAMITAÇÃO DA LEI “DARCY RIBEIRO” E INFLUÊNCIA DAS DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA A AMÉRICA LATINA


Suzana Pinguello Morgado
Vanessa Freitag de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210102>

CAPÍTULO 3..... 27

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COM IMIGRANTES ADULTOS: ENSINO, ACOLHIMENTO E SOLIDARIEDADE DE CLASSES


Ana Paula Santana de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210103>

CAPÍTULO 4..... 38

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL ALINHADA À BNCC: IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE


Verediana Fernandes Sobradriel Fim
Lilian Fávoro Alegrâncio Iwasse
Viviane da Silva Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210104>

CAPÍTULO 5..... 54

AFETAR O OUTRO SENSIVELMENTE


Kássia Silva de Freitas








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210105>

CAPÍTULO 6..... 63

COMPARTILHAR CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA


Renata Cervinhani
Arthur Guaberto Bacelar Urpia
Letícia Fleig Dal Forno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210106>

CAPÍTULO 7.....	77
FORMAÇÃO DOCENTE: O CURRÍCULO COM PROJETOS, TÁTICAS E LAÇOS PARA A CRIAÇÃO DE 'CONHECIMENTOSSIGNIFICAÇÕES'	
Andrea de Farias Castro	
Maria do Carmo de Moraes Mata Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210107	
CAPÍTULO 8.....	82
IMPORTÂNCIA E LIMITES DOS CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO – CACS	
Daniel Marques de Freitas	
Elias Canuto Brandão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210108	
CAPÍTULO 9.....	93
ESCUA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO EM SERVIÇO: DESAFIOS DOCENTES E A EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO AMAZONAS	
Emerson Sandro Silva Saraiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210109	
CAPÍTULO 10.....	112
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CONTEMPORANEIDADE	
Maria Ilda de Ornelas Velosa Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101010	
CAPÍTULO 11.....	123
DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PIBID EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATOS DO SUPERVISOR, DE PROFESSORES E PIBIDIANOS	
Joel Ramos da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101011	
CAPÍTULO 12.....	129
POLÍTICA EDUCACIONAL E A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Mauro Antonio de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101012	
CAPÍTULO 13.....	138
SOCIEDADE CIVIL ATIVA E NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: AS FORMULAÇÕES DO IBP E O PROGRAMA PETROBRAS SOCIOAMBIENTAL NO ENTORNO DA REDUC	
Marcio Douglas Floriano	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101013	
CAPÍTULO 14.....	151
ESTUDO HISTÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE	

SURDOS E SUA EFETIVIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Ana Beatriz Oliveira da Silva
Iago Quinto Brandão
Lucas dos Santos da Silva
Kelly Rodrigues Barbosa
Sheyla de Nazaré da Silva Chaves
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101014>

CAPÍTULO 15..... 168

PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL


Aldaci Lopes
Ana Cabanas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101015>

CAPÍTULO 16..... 181

TEORIA POSITIVISTA-FUNCIONALISTA E EDUCAÇÃO: PENSANDO OS DESAFIOS EDUCACIONAIS PARA O SÉCULO XXI


Everton Marcos Batistela
Airton Carlos Batistela
Celso Eduardo Pereira Ramos
Manoel Adir Kischener
Mariza Rotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101016>

CAPÍTULO 17..... 189

UM ESTUDO DO APROVEITAMENTO DE VAGAS E TAXA DE CONCLUINTES EM CURSOS A DISTÂNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO VINCULADA AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL


Renata Patrícia Lima Jeronymo Moreira Pinto
Antonio Marcos Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101017>

CAPÍTULO 18..... 201

A INSERÇÃO E EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA


Danielly da Silva Francisco
Rudson Carlos da Silva Jovano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101018>

CAPÍTULO 19..... 208

OS MECANISMOS DE COESÃO E COERÊNCIA PARA A CONFIGURAÇÃO DE REPORTAGENS, SOBRE AS PROFISSÕES DO LUGAR, ESCRITAS POR ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Quitéria da Silva
Adna de Almeida Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101019>

CAPÍTULO 20.....226

ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO REMOTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laurena Brandão de Oliveira e Araújo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101020>

CAPÍTULO 21.....233

A EFETIVAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DA EDUCAÇÃO VIRTUAL

Eulália Cristina Ferreira Barros

Cassiana Fagundes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101021>

CAPÍTULO 22.....243

DINAMIZANDO AS AULAS DE MATEMÁTICA E GEOMETRIA COM O AUXÍLIO DO SOFTWARE GEOGEBRA

Lidiane Ferreira Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101022>

CAPÍTULO 23.....249

TEORIA E PRÁTICA NA VISÃO DE PROFESSORAS QUE ENSINAM MATEMÁTICA NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO DO PNAIC

Daniela Guse

Lidnei Ventura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101023>

CAPÍTULO 24.....262

SER ALUNO E PACIENTE: UM NOVO OLHAR SOBRE O ACESSO PEDAGÓGICO HOSPITALAR

Amanda Flores Scremin

Jane Schumacher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101024>

CAPÍTULO 25.....274

INSPETOR ESCOLAR – FUNÇÃO ESQUECIDA

Adelcio Machado dos Santos

Rita Marcia Twardowski

Audete Alves dos Santos Caetano

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101025>

SOBRE OS ORGANIZADORES281

ÍNDICE REMISSIVO.....282

CAPÍTULO 8

IMPORTÂNCIA E LIMITES DOS CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO – CACS

Data de aceite: 03/10/2022

Daniel Marques de Freitas

Professor no SESC Paraná e Professor PSS na SEED-PR
<https://lattes.cnpq.br/1967685285200012>

Elias Canuto Brandão

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR-Campus Paranavaí); Colegiado de Pedagogia e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC-UNESPAR-CNPQ) - Maringá – PR
<http://lattes.cnpq.br/0224334447996878>

RESUMO: O capítulo discute a importância dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social da Educação (CACS), analisando os limites impostos pela burocratização e a disputa de poder dentro dos conselhos. A educação é a base para o desenvolvimento de todo e qualquer grupo social e para que a educação pública aconteça são necessários recursos financeiros que garantam o funcionamento do sistema educacional, e conselhos que fiscalizem. Dessa forma, o capítulo aprofundará a importância dos CACS como possibilidade de espaço democrático para tomadas de decisões, visando a melhoria na qualidade de ensino nas escolas públicas. Entende-se os limites e as possibilidades que os conselhos enfrentam, no entanto, entende-se ser uma ferramenta importante de luta por uma escola que contribua dialeticamente com as mudanças sociais e educacionais em favor de quem nela estuda. Observa-se que os CACS devem cumprir

um papel importante na fiscalização e no controle social dos recursos públicos destinados à educação pública, e quando se fala em educação pública, pensa-se no direito à educação pública, gratuita e de qualidade, que para sua garantia, a sociedade deve exigir medidas que garantam a transparência dos gastos públicos e o controle do uso das verbas públicas aplicadas na educação.

PALAVRAS-CHAVE: CACS, Conselhos, Educação pública, Controle social.

IMPORTANCE OF MONITORING COUNCILS AND SOCIAL CONTROL OF EDUCATION – CACS

ABSTRACT: The chapter discusses the importance of the Councils for Monitoring and Social Control of Education (CACS), analyzing the limits demanded by the bureaucratization and the fight for power inside those councils. Education is the basis for the development of all and any social group, for public education to take place money resources are necessary to guarantee the operation of the education system, and the council to monitor it. In this way, the chapter will deepen the importance of the CACS as a possible democratic space for decision-making, looking for improving teaching quality in public schools. Understand the limitations and possibilities the council faces, however, it is seen as an important tool in the fight for a school that contributes dialectically to social and education changes in favor of those who study in them. Notice that CACS should fulfill an important role of overseeing and social control of the public resources destined for public education, thinking on the right of public education, free and with

quality, to guarantee, society should demand policies to ensure transparency on public spending and on the control of public funds applied on education.

KEYWORDS: CACS, Councils, Public education, Social control.

1 | INTRODUÇÃO

A educação é a base para o desenvolvimento de todo e qualquer grupo social. Países que apresentam menores indicadores na educação são notadamente menos desenvolvidos tecnologicamente, e por consequência, com maiores problemas econômicos e sociais, indicando a importância que a educação representa como elemento estratégico para o crescimento de uma nação.

Para que a educação pública aconteça são necessários recursos financeiros que garantam o funcionamento do sistema educacional – no caso do Brasil, capitalista – com educação de qualidade para todos, de qualidade social, com prioridade às classes sociais marginalizadas, o que tem sido uma contradição, pois no geral, nas escolas públicas, percebe-se limitações que prejudicam alunos e educadores, que passam por ausências de investimentos.

Discutir educação e fazer um debate político é necessário e convergente, não contendo contradições, já que a qualidade do ensino e o desenvolvimento da educação significam necessariamente o desenvolvimento do país, e esse caminho passa por um debate político e por políticas públicas.

Levando-se em conta a importância da educação no Brasil, resultado de estudos e pesquisas com infinitas produções de artigos, teses e trabalhos, ampliar-se-á esse debate analisando o funcionamento dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social da Educação (CACS) e as limitações impostas, resultando no impedimento de parte de seu funcionamento.

Para o estudo, destacar-se-á a importância dos CACS como possibilidade de espaço democrático para tomadas de decisões, visando a melhoria na qualidade de ensino nas escolas públicas. Entende-se os limites e as possibilidades que os conselhos enfrentam, no entanto podem se tornar uma ferramenta importante de luta por uma escola que contribua dialeticamente com as mudanças sociais e educacionais em favor de quem nela estuda, levando em consideração os trabalhadores e as crianças que compõem as escolas, estejam elas nos centros urbanos ou no campo.

Do ponto de análise da academia e dos críticos das políticas compensatórias, os CACS devem cumprir um papel importante na fiscalização e no controle social dos recursos públicos destinados à educação pública. Partindo deste viés, entender-se-á os limites e avanços desses conselhos.

De antemão, quando se fala em educação pública, pensa-se no direito à educação pública, gratuita e de qualidade, e para sua garantia, a sociedade deve exigir medidas que

garantam a transparência dos gastos públicos e o controle do uso das verbas públicas aplicadas na educação.

21 EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Tratando-se de conselhos, não podem ser dissociados da educação e da política, devendo exercer papel político, e a inter-relação social deve ocorrer na prática. A participação política, através dos conselhos, no que tange a defesa dos interesses da educação, estão intimamente relacionadas a inter-relação entre educação e política. Pensar educação e política significa defender uma educação de qualidade.

Saviani em *Escola e Democracia* afirma que mesmo diferentes, educação e política, são inseparáveis (SAVIANI, 1994), evidenciando a importância de se discutir política no meio educacional e de participar ativamente da mesma para que a educação no país possa avançar. Para o autor,

[...] cabe considerar que existe também uma relação externa entre educação e política, isto é, o desenvolvimento da prática especificamente política pode abrir novas perspectivas para o desenvolvimento da prática especificamente educativa e vice-versa. Configura-se, aí, uma dependência recíproca: a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na consolidação expansão da infra-estrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos etc (SAVIANI, 1994, p. 89).

A posição de Saviani indica que o debate entre política e educação é importante visto que para que esta funcione bem, é preciso que as legislações sejam cumpridas e para o cumprimento, a participação política da sociedade e dos educadores é fundamental. Nessa direção, afirma Davies que,

[...] o que importa não é tanto a letra e o espírito da lei em si, mas sim a vontade dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo e, sobretudo, a mobilização da sociedade e dos educadores em particular para fazer a lei ser cumprida (DAVIES, s/d, s/p – Introdução).

Mas por que existe a percepção que no Brasil é tão difícil a luta pela melhoria das escolas públicas? Pinto (2006) aponta a classe média como um dos problemas da falta de luta pela melhoria da educação pública. Para o autor, esta classe é a grande formadora de opinião, influenciando negativamente na formação da consciência política organizativa, resultando em conselhos apáticos e dependentes das gestões educacionais. Ao comparar a escola pública do Brasil com as escolas públicas de alguns países de primeiro mundo ou até de países da América Latina, observando perceber-se que a classe média fora do Brasil coloca seus filhos para estudarem em escolas públicas. Já no Brasil acontece o contrário,

a classe média colocam os filhos nas privadas.

Embora pelo mundo a elite não tenha frequentado a escola pública de educação básica, observa Pinto (2006) ser nela que estuda a classe média, em especial nos países mais desenvolvidos. Esta presença da classe média na escola pública, com seu poder de impacto enquanto formadora de opinião, embora apresente problemas de exclusão de grupos socialmente fragilizados, faz com que – nestes países – as temáticas e os problemas da educação pública estejam presentes no cotidiano do debate público e nos meios de comunicação de massa.

No Brasil, constata-se o contraditório, mesmo os professores que lecionam na rede pública evitam nela matricular seus filhos. Com isso, a escola pública, que já responde por cerca de 90% das matrículas na educação básica, é sempre a “escola dos filhos dos outros”. Este fato, com certeza, torna mais difícil a luta pela sua melhoria (PINTO, 2006, s/p).

Além do afastamento da população da luta política por uma educação pública de qualidade, constata-se o desinteresse da política partidária. Afirma Wanderley (1991) que esse desinteresse pode ser justificado pelos escândalos políticos, pela impunidade de crimes cometidos por políticos, corrupção, e descrença nos políticos e instituições públicas, levando a uma acomodação e apatia política da sociedade.

Outra situação destacada por Wanderley (1991) é a forma das decisões da vida social serem tomadas no Brasil, a exemplo do Conselho Nacional de Educação (CNE) ter deliberado a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, mas que tem sido ignoradas pelo governo federal no momento de validar e implementar o Plano Nacional de Educação (PNE).

Em um estudo comparativo sobre a atuação dos Conselhos Municipais de Saúde de Porto Alegre e de Salvador, Fernandes (2010) aponta que a presença de governos que incentivam a participação da população em conselhos ou em outras instituições ou fóruns participativos, contribuem para o interesse da população em acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas, ao mesmo tempo que garantem a esses governos mais apoio da população, pois associam tais gestões à democracia participativa, sentindo-se representados.

A conclusão apresentada por Fernandes (2010) é de que em um espaço onde a gestão pública incentiva e abre espaço de participação e de formação, há mais interesses e maior participação da população na vida pública das cidades, como também se constata em Maringá-PR, quando entre 2001 a 2004 implantou-se o Orçamento Participativo (BRANDÃO, 2003).

É neste ínterim que os agentes políticos precisam atuar e pressionar as gestões educacionais para que os direitos e deveres sejam efetivados politicamente na e para a escola, incentivando e garantindo maior participação da população nos fóruns participativos.

No entanto, sabe-se que esse tipo de incentivo, por parte das elites políticas são

mínimos e raros, momento em que as dificuldades em acompanhar e compreender as burocracias das políticas públicas dificultam e afastam a população das instituições de controle e fiscalização.

Como nem sempre os conselhos locais dão conta de acompanhar a aplicação dos investimentos, situação que se complica com diminuição da participação da população nos conselhos nas instituições, torna-se importante o papel do Tribunal de Contas (TCs), pois a este cabe a fiscalização da aplicação das verbas públicas advindas do Estado, Município ou União, verificando se a aplicação dos recursos está sendo realizada corretamente na instituição. Porém Davies aponta problemas nas fiscalizações, visto as interferências políticas na escolha dos membros dos tribunais, entre eles a de seu presidente, escolhidos pelos deputados.

[...] os órgãos estatais responsáveis pela aplicação (Secretarias de Educação) e fiscalização (Tribunais de Contas) da aplicação das verbas não demonstram a confiabilidade e a competência necessárias [...]. Antes de abordar tais problemas, cabe ressaltar a pouca confiabilidade política do TCE, cujos conselheiros, ex-políticos quase todos, são eleitos pelos deputados da Assembleia Legislativa segundo critérios que não parecem abranger a competência técnica, a idoneidade moral ou o compromisso social [...]. (DAVIES, 1999, p. 21).

Para justificar a pouca confiabilidade dos TCs, Davies cita uma situação do Rio de Janeiro e outra do Paraná. Em 1997 a escolha do filho do governador do Rio de Janeiro como conselheiro do TCE e, no Paraná, a eleição de um político envolvido em denúncias sobre tráfico de influência, e nesse caso, a denúncia do tráfico é devido a escolha como conselheiro do TC-PR.

Reforça-se, nesse sentido, a importância da sociedade nos conselhos em fiscalizar e cobrar a aplicação correta dos recursos públicos nas áreas sociais, a exemplo dos conselhos de educação, na aplicação na educação, na localidade onde a comunidade e o conselho se encontram.

Davies (1999) diz ser necessário tornar o Estado mais público por meio dos conselhos controlando socialmente os recursos públicos, no entanto, não somente estes devem fiscalizar as verbas públicas para a educação. A fiscalização das verbas públicas devem ser também atuação política de diversos setores da sociedade, como os movimentos sociais do entorno da instituição educacional e os professores e seus sindicatos, enquanto agentes ligados a questão educacional.

3 | A IMPORTÂNCIA DOS CACS

Os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS) se apresentam como fruto do processo de redemocratização do Brasil. Surgem com a Constituição de 1988, sendo resposta do processo de lutas dos movimentos sociais das décadas anteriores e possibilidade de ampliação da democracia e da descentralização do poder. Síntese do

processo de luta pela democracia, que semelhantes a outros conselhos, fiscalizam a aplicação das verbas públicas na instituição em que o conselho se encontra.

Foi no processo de redemocratização e das lutas políticas por maior participação política no Brasil, durante a década de 1980, que essas instituições colegiadas, com ação deliberativa e permanente, com a responsabilidade de fiscalizar e promover e defesa das políticas públicas e instituições públicas ganharam destaque e se constituíram. Como afirmou Medeiros (2018, s/p) “É nos espaços dos conselhos que se concretiza a participação social preconizada na Constituição Federal”.

Porém a partir da década de 1990, devido às pressões sociais, tornaram-se espaços importante de luta, de reivindicações e confronto político entre a população e o Estado e garantiram conquistas importantes no que tange a direitos sociais (BRAGA, 2011).

Rachelis (2006) destaca que o surgimento de novas formas de implementação das políticas públicas empolgaram os agentes e movimentos sociais. Esses, animados com a possibilidade de experimentar as novas possibilidades de ferramentas democráticas no contexto do processo de redemocratização do país para o controle e gestão das políticas sociais, passaram a participar de

[...] fóruns da sociedade civil em defesa das políticas públicas, plenárias populares, conferências nos três níveis de governo, orçamento participativo, audiências públicas, ouvidorias sociais e conselhos de direitos e gestores de políticas públicas que, nesses últimos dez anos, foram adquirindo importância peculiar como espaço público de exercício do controle social (RAICHELIS, 2006, p. 23).

Os conselhos possibilitaram aos indivíduos adquirirem conhecimentos para fiscalizar, acompanhar e controlar o cumprimento da Lei e dos gastos públicos, garantindo a luta constante pela qualidade da educação básica no país (SILVA; BRAGA, 2010)

A luta travada historicamente entre a classe trabalhadora e o Estado Capitalista pode ter como ganho importante o controle social através dos CACS, que junto com os movimentos sociais e sindicatos confrontaram os órgãos e administrações públicas na luta para garantir de direitos à classe trabalhadora (SILVA; BRAGA, 2010).

Um destaque importante feito por Rachelis (2006) é o movimento contraditório da ampliação da participação da sociedade no controle e gestão das políticas públicas através dos conselhos, por exemplo, ao mesmo tempo em que o Estado, a partir da década de 1990, caminhava para um processo de esvaziamento e redução da esfera pública que se chamou de neoliberalismo, principalmente após o *Consenso de Washington*.

O desafio dessa contradição, redução do Estado e ampliação das possibilidades de lutas democráticas, não eliminam, mas reforçam a importância dos conselhos e outros mecanismos de controle e participação social no acompanhamento e gestão das políticas públicas.

O processo do Orçamento Participativo, o funcionamento de milhares de conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos, as múltiplas

experiências de gestão democrática e popular realizadas por vários municípios em diferentes regiões brasileiras são reveladores da ampla mobilização dos segmentos organizados da sociedade civil na defesa do direito à cidade para todos (RAICHELIS, 2006, p. 44).

Os CACS têm muitas responsabilidades no acompanhamento e controle social da localidade onde atua, e mesmo que perpassa por turbulências políticas em governos de comportamentos e ações antidemocráticas, suas ações são determinantes no comportamento da instituição. A depender dos conselheiros, a instituição pode ser ativa ou passiva, democrática ou arbitrária.

Davies destaca como limites para a fiscalização social o pouco conhecimento técnico que a maioria da população tem para interpretar os dados fornecidos pelas prefeituras, Estado e União. Adianta que a fiscalização não se resume a analisar números e relatórios. Passa por ações, como verificar “[...] se o registro contábil de obras, serviços e pessoal concretizou-se” (DAVIES, 1999, p. 23).

Ainda destaca o autor que esse movimento é importante porque os TCs se limitam a analisar relatórios e não as concretizações destacadas nos relatórios. Adianta-se que os conselhos, diferentes dos TCs, agem onde o órgão ou a instituição pública está com seus problemas sociais, políticos e econômicos. Já o TC fica em gabinete, analisando relatórios, documentos, notas e papéis. É a prática X a teoria.

Para Silva e Braga (2010), o controle social pode ser uma ferramenta importante na luta contra os desmandos do governo. Nesse sentido as autoras definem o papel do controle social como:

[...] ações, medidas e práticas inventadas e realizadas pelos sujeitos, pela via democrática que pressionam as políticas e medidas definidas pelos governos. São ações cotidianas intencionais, coletivas ou individuais, materializadas em formas participativas de atuar e propor na sociedade, organizada ou não, o controle e o acompanhamento das políticas públicas, desde a sua formulação até a sua implementação (SILVA; BRAGA, 2010, p. 93).

Por outro lado, sob outra perspectiva, Almeida e Tataba (2012) dão destaque a outra forma importante de controle social, os conselhos gestores. Classificam os conselhos como:

[...] instâncias que se particularizam no interior do sistema decisório das políticas públicas pelo seu caráter plural e híbrido (Avritzer e Pereira, 2005), dado que são compostas por representantes estatais, representantes da sociedade civil e de prestadores de serviços públicos. Essa composição torna o processo decisório mais permeável aos diversos interesses implicados na elaboração e execução das políticas públicas, favorecendo decisões mais justas e legítimas (ALMEIDA; TATABA, 2012, s/p).

A importância dada pelas autoras aos conselhos justifica-se, segundo elas, pela possibilidade da criação de uma entidade democrática para deliberar sobre assuntos de interesses públicos, significando também a possibilidade de ampliar a democracia em nosso

país, não se limitando a práticas democráticas eleitorais (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012).

Nesse sentido, Tatagiba (2002, p. 88) destaca que:

[...] as experiências de participação através de conselhos vêm se apresentando como momentos importantes de aprendizado democrático, no sentido de uma nova cultura política. A este respeito, alguns estudos destacaram os “resultados pedagógicos” da participação e de dos seus efeitos na construção de novos sujeitos políticos, apontando para uma nova tendência em gestão que, embora ainda frágil diante do padrão, prevalecente, parece promissora quanta à democratização das relações sociais e política no Brasil.

Diante do exposto, os CACS, para além de uma função de gestão e controle social, historicamente ganharam uma importância pedagógica de ampliação e garantia da democratização, com lutas sociais por uma sociedade mais justa e igualitária, no entanto, esses conselhos que tiveram origem com a redemocratização, com o golpe contra a presidente Dilma Rousseff começaram a ser desvalorizados, esvaziados e controlados pelo Estado presididos pelos governos Temer e Bolsonaro.

4 | OS LIMITES DOS CACS

A burocratização dos CACS e a disputa de poder dentro deles, tiram o foco do trabalho que devem executar, limitando-os nas ações, a exemplo de fiscalizar as verbas públicas para a educação. As limitações e os problemas enfrentados na execução de fiscalização, minimiza sua força e o poder de luta na escola e no confronto com o poder do Estado.

Almeida e Tatagiba (2012, s/p) observam que,

Precisamos de mudanças na prática cotidiana dos conselhos que confiram maior centralidade ao exercício da política, em lugar da rotina burocrática da gestão [...]. Uma ação, portanto, que legitima e arma conflitos na sociedade visando, mediante negociações públicas, a redefinição dos termos sobre os quais se organizam o Estado e a sociedade. É preciso restituir o lugar desse tipo de ação na agenda dos conselhos para que eles possam funcionar como instâncias de democratização da gestão pública, e não restritamente como espaço de disputa entre interesses corporativos das comunidades de política, o que hoje parece ser a regra.

Dentro das limitações destacadas por Almeida e Tatagiba (2012), chama-nos a atenção a disputa de poder dentro dos CACS. A disputa política interna de um Conselho dificulta a ação de fiscalização e de deliberações que devem cumprir, fazendo com que os conselheiros esqueçam que suas lutas implicam negativamente em melhorias que poderiam ser implementadas na sociedade. Além disso, afasta aqueles que possuem menor condição de irem para um enfrentamento político por não pertencerem a um partido ou a um sindicato ou a outra organização política ou social.

As autoras sugerem como possível solução para esse e outros problemas dos conselhos, a ampliação da participação da sociedade nos conselhos através de audiências

públicas. Segundo as autoras, a audiência pública e ampla participação da sociedade resultando no ganho de consciência social e política, garantiria que os conselhos se transformassem em importante ferramenta de luta contra as forças que de alguma forma controlam o Estado e as instituições.

A ampla participação da população nesses espaços, por audiências ou outros instrumentos, não permitiria que os conselhos se tornassem espaços de intervenção do Estado, limitando a autonomia dessas instituições e dos conselheiros.

Não é que os conselhos devam funcionar paralelo ao Estado, mas sim dentro dele, sem lhe pertencer, e com autonomia e isenção. Os conselhos devem ser importantes espaços de lutas das classes sociais contra o Estado capitalista. Sabe-se haver limites dos conselhos e conselheiros no acompanhamento e controle dos recursos públicos, mas o envolvimento e participação enquanto representantes da sociedade civil é fundamental nas escolas e na gestão escolar, evitando-se que a educação fique à mercê dos gestores públicos. Estes procuram agir evitando a participação da sociedade nas discussões da gestão do dinheiro público e na gestão do que é do povo – a escola, os recursos, pois a ausência, facilita desvios, superfaturamentos e maquiagens de dados e informações.

Na prática, para manobrar infinitos conselhos, os gestores públicos – o Estado – os incorporam nas burocracias, atropelando o papel e responsabilidade legal dos conselhos e conselheiros. Para o feito e à margem da Lei, o gestor público baixa decreto ou instrução normativa acrescentando adendos às funções legais, e os conselheiros acabam sendo atropelados pela burocracia imposta verticalmente. O Estado passa a cobrar que os conselhos – conselheiros – executem uma série de tarefas que não lhes são por natureza, e os mesmos, tomados pela burocracia, passam a ter o tempo limitado para a fiscalização dos gastos públicos com a educação pública, afastando-se da sociedade e das lutas sociais e políticas que poderiam melhorar a escola, a educação e a sociedade.

Essa burocratização pode ser explicada pela lei que regulamentava o funcionamento desses conselhos. No caso dos conselhos ligados à educação, a criação veio por força de lei, de cima para baixo, impondo-lhes ao longo de anos um caráter exclusivamente técnico e burocrático (SILVA; BRAGA, 2010).

De acordo com Braga (2011), mesmo um Conselho sendo uma instituição nas mãos da sociedade, o Estado o chama de órgão, burocratizando-o no desempenho de papéis que não lhes pertence. Para o autor,

[...] os conselhos desempenham funções estatais, de múnus público, isto é, aquilo que por força de lei, obriga o indivíduo a agir em benefício da coletividade. Ainda que, compostos por cidadãos, são órgãos, vinculados de uma forma ou de outra à estrutura do Estado, dado que a sua criação também decorre de uma Lei, que lhe atribui funções. Na visão social, são dialeticamente órgãos do Estado e da sociedade civil (BRAGA, 2011, p. 79).

Mesmo burocratizado, membros da sociedade participam dos conselhos e procuram

fiscalizar no que é possível o funcionamento das escolas e a implementação do dinheiro público que a ela chega.

5 | CONCLUSÃO

O estudo indicou que, no que tange o controle dos gastos públicos com educação, existem muitas contradições dificultando a melhoria na qualidade do ensino no país, dificultando o funcionamento adequado dos CACS no desempenho de seu papel.

Indicou que para o controle e fiscalização dos gastos públicos existem órgãos públicos oficiais como os Tribunais de Contas. No entanto, diante de escândalos e da forma como são escolhidos seus conselheiros, os TCs são questionados da sua seriedade por não exercerem o seu papel de fiscalizador, priorizando atividades superficiais, como análises de documentos, relatórios e notas fiscais.

Os CACS, na prática, são ou devem ser importantes armas sociais de luta para garantir que os investimentos do Estado em educação cheguem às escolas e sejam aplicados devidamente. Porém sofrem com o problema de burocratização e de disputa de poder interno, deixando de ser representativos, afastando-se de suas funções das quais foram inicialmente pensados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100005. Acesso em 23 ago 2022.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **O controle social da educação básica pública: a atuação dos conselheiros do FUNDEB.** Brasília: CGU, 2011. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/41970/5/Dissertacao_Marcus_Braga.pdf. Acesso em 24 ago 2022.

BRANDÃO, Elias (org.). **Orçamento participativo: Avanços, limites e desafios.** Maringá: Massoni, 2003.

DAVIES, Nicholas. **Tribunal de Contas: faz as contas ou faz de conta na fiscalização das receitas e gastos em educação? S/d.** Disponível em: <http://www.redefinanciamento.ufr.br/antigo/nic6.htm>. Acesso em: 22 ago 2022.

_____. **O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta.** Campinas: Autores Associados, 1999.

FERNANDES, Antônio Sergio Araújo. **Conselhos municipais: Participação, efetividade e institucionalização – a influência do contexto político na dinâmica dos conselhos – os casos de Porto Alegre e Salvador.** **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, nº 3, artigo 4, Rio de Janeiro, Set. 2010.

MEDEIROS, Juliana. **Controle social: a importância dos Conselhos de Direitos na formulação e controle das políticas públicas.** GESUAS, 2018. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/controle-social-a-importancia-dos-conselhos-de-direitos/>. Acesso em 02 ago 2022.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica**. RBPA E – v. 22, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpa/article/view/18877>. Acesso em 22 ago. 2022.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão pública e a questão social na grande cidade**. Lua Nova, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/ywJskBcfMPLjtqGf69cDYmt/?format=pdf>. Acesso em 23 ago 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

SILVA, Maria Abádia da; BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. Controle social em educação básica pública. In: **Jornal de políticas educacionais**. N° 8, julho-dezembro de 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/21835>. Acesso em 23 ago 2022.

TATAGIBA, Lucina. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Participação popular: poder local e conselhos**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 10, 31, 80, 156, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 242, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 281

Alfabetização matemática 249, 250, 251, 252, 255, 256, 258, 260

Aprendizagem 19, 20, 25, 32, 33, 34, 38, 39, 43, 47, 50, 51, 58, 61, 65, 71, 74, 77, 78, 79, 80, 98, 101, 107, 108, 109, 110, 116, 126, 127, 128, 156, 157, 160, 172, 179, 190, 201, 202, 203, 205, 206, 213, 215, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 254, 256, 257, 262, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 277, 278, 279

Atendimento pedagógico hospitalar 262

Avaliação 8, 12, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 94, 98, 102, 104, 119, 120, 134, 152, 163, 166, 174, 199, 228, 229, 231, 238, 241, 265, 276, 277, 279

B

Banco Mundial 12, 13, 14, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 40, 42, 142, 143

Base Nacional Comum Curricular 38, 39, 52, 168, 179, 206, 224

C

CACS 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91

Coerência 18, 65, 77, 116, 208, 209, 211, 212, 213, 217, 218, 220, 222, 223, 224

Coesão 145, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 222, 223, 224

Concepção de história 181, 183, 184

Conhecer 4, 50, 56, 59, 77, 78, 124, 170, 173, 228, 231, 265, 275

Conhecimento 4, 7, 8, 13, 19, 20, 28, 33, 42, 43, 44, 47, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 88, 98, 101, 102, 108, 109, 113, 114, 116, 129, 132, 136, 146, 156, 157, 161, 165, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 180, 186, 199, 202, 203, 206, 210, 216, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 244, 253, 254, 255, 256, 259, 264, 266, 270, 274, 277, 279

Contemporaneidade 40, 42, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 168, 169, 170, 172, 175, 178, 179, 224

Councils 82, 83

D

Desafios docentes 93, 95

Desafios sociais 112

Design 78, 223, 243, 244, 245, 248

Dificuldades 31, 34, 47, 86, 107, 123, 126, 155, 224, 226, 228, 231, 254, 258, 259, 263, 270

Docência 123, 125, 127, 155, 167, 168, 170, 172, 254, 260, 274, 275, 279, 281

E

Educação 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 143, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 224, 226, 227, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 248, 249, 250, 253, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

Educação à distância 233

Educação básica 15, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 47, 51, 52, 85, 87, 91, 92, 123, 126, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 149, 190, 201, 230, 232, 250, 259, 260, 272, 274, 279, 281

Educação de surdos 151, 152, 154, 156, 157, 158

Educação infantil 25, 41, 43, 45, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 133, 134, 155, 158, 161, 168, 169, 171, 174, 175, 177, 179, 266

Educação Matemática 201, 202, 205, 206, 207, 244, 248, 249, 259, 281

Educação não formal 27, 28, 31, 32, 33, 98

Educação virtual 233

Ensino 12, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 69, 70, 71, 76, 78, 82, 83, 91, 95, 98, 102, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 190, 194, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 266, 267, 276, 277, 279, 281

Ensino fundamental 21, 22, 30, 31, 41, 45, 46, 47, 53, 133, 135, 155, 158, 208, 209, 210, 224, 226, 227, 229, 230, 232, 245, 246, 249, 250, 257, 266

Ensino remoto 199, 226, 227, 228, 232

Escuta pedagógica 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 110

F

Fazer docente 98, 168, 169, 172, 174, 179

Formação cidadã 51, 129, 130, 135, 136

Formação continuada 60, 96, 97, 167, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 190, 204, 249, 250, 252, 254, 255, 258, 259, 260, 279

Formação de professores 100, 103, 106, 111, 112, 116, 117, 120, 121, 157, 158, 160, 179, 180, 191, 199, 205, 260, 281

Formação em serviço 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 110

Funções de apoio 274

G

Gêneros do jornal 208, 214, 224

GeoGebra 204, 243, 244, 245, 246, 248

Gestão do conhecimento 44, 63, 64, 65, 72, 74, 75, 274

Gestão escolar 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 90, 175, 280, 281

Grounded theory 249, 250, 261

H

História da educação 129, 152, 156, 157, 167, 205, 207

I

Inspetor escolar 274, 277, 278

Intervenção didática 208, 218, 219, 223

L

Legislação educacional 12, 21, 229

Lúdico 255, 262, 264, 267, 268, 269

M

Migração contemporânea 27, 28, 29, 37

N

Neoliberalismo 1, 2, 8, 40, 53, 87, 103, 110, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 147, 148, 149

O

Objetivos 5, 18, 20, 21, 31, 33, 35, 43, 47, 50, 64, 66, 67, 71, 72, 96, 117, 123, 125, 126, 127, 140, 143, 144, 146, 147, 151, 154, 155, 161, 164, 176, 177, 179, 233, 235, 241, 243, 244, 255, 256, 257, 265, 275, 276

Objeto matemático 243, 244

P

PIBID 123, 124, 125, 126, 127, 128, 281

Política educacional 20, 26, 53, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 145, 161, 165

Políticas públicas 12, 23, 27, 28, 30, 31, 33, 35, 38, 39, 40, 42, 45, 48, 53, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 102, 104, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 146, 151, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 169, 199, 233, 236

Prática docente 38, 39, 48, 49, 50, 58, 108, 124, 171, 178, 226, 227, 231

Práticas educativas 27, 31, 35, 78, 230

Projetos 13, 16, 21, 22, 23, 24, 31, 69, 77, 78, 79, 80, 98, 110, 133, 144, 145, 147, 148, 201, 202, 205, 237, 238, 239

Public education 82, 83, 152, 169

R

Refletir 10, 16, 77, 78, 96, 98, 103, 112, 118, 120, 128, 154, 208, 213, 227, 231, 249, 252, 253, 254

Relatos 34, 79, 108, 110, 123, 175, 209, 252, 258

S

Síndrome comportamentalista 1, 2, 3, 4, 10

T

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) 169, 201, 202, 205

Teoria positivista-funcionalista 181

Trabalho pedagógico 55, 56, 226, 228, 229, 231, 253, 255, 260, 262, 264

Transposição didática 123, 126

U

Universidade 12, 17, 18, 25, 27, 28, 37, 75, 77, 78, 82, 93, 94, 95, 98, 100, 106, 112, 121, 129, 145, 151, 152, 154, 155, 162, 164, 165, 167, 178, 179, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 207, 209, 224, 226, 234, 248, 249, 266, 273, 274, 281



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina